

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
CDRS - SAA	Henrique Bellinaso Denis Herrison Silva
CONIRP	Roberto Polga
Cooperativa Holambra	Petrus B. Weel
DAE S/A Jundiá	Cláudia Debroy de Campos Maria Carolina H. D. Simões
DAAE Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves Miguel Milinski
INEVAT	Cláudia Grabher
IZ – APTA	João José A. de Abreu Demarchi Simone R. Oliveira
ONG Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
SANASA / CT-EA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SAA	Denis Herisson Silva Henrique Bellinaso
SR Limeira	Nilton Piccin
SR de Rio Claro SR de Salto SR de Campinas Associação Vale Verde	João Primo Baraldi

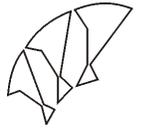
Membros Ausentes	
Entidade	Representante
Consórcio de Bacias PCJ	Andréa Borges
COOTA	Patrícia Montebelo
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
SIMA	Natália Gomes Fernandes
PM de Salto	Carlos Manoel Nascimento Faria
UNESP / IGCE	Gilda Carneiro Ferreira

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante

Instituto Agronômico de Campinas	Afonso Peche Filho professora Isabella Clerice de Maria Wander A. Martins
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	José Luiz Albuquerque Filho Lucas Rissatto
Prefeitura de Nova Odessa	Jorge Pereira Fagundes
Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Campinas	Sueli A Thomaziello
Agência das Bacias PCJ	Ivan Gerdzijauskas Rebeca Silva. Tiago Georgette Bruno Aranda Fabio Coca Marcos Cazzonato Mateus de Oliveira Ismael
APTA - Polo Centro Sul (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo)	Vera Lécia Pimentel Salazar
DAAE Rio Claro	Mariana de Castro Chagas
Prefeitura de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira
Prefeitura Municipal de Jundiá	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires
Prefeitura Municipal de Toledo - MG	Damião Aparecido do Couto
PUC-Campinas	Duarcides Ferreira Mariosa
Química Amparo	Ian Cerdeira de Oliveira Souza
Renovar	Rodrigo de Melo Nunes
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salto	José Antonio Luciano
SIMA/CFB - Campinas	Célia Alves Surita
SIMBioSE (Atibaia-SP)	José Guedes Fernandes Neto

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

SOS Mata Atlântica	Cicero Homem de Melo Junior
TNC	Henrique Bracale
Universidade Presbiteriana Mackenzie	José Geraldo Romanello Bueno

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

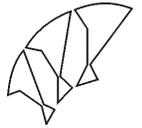
1. Abertura da 43ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):

O coordenador Sr. Henrique Bellinaso (CDRS/SAA) fez a abertura da 43ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, informando que a convocação foi enviada por mensagem eletrônica no dia 04/09/2020 e deu as boas-vindas aos membros presentes, ressaltando a importância deste encontro com a conversa sobre proteção dos solos com os professores Afonso e Isabella. Na sequência, passou a palavra ao secretário do GT-Mananciais, Sr. João Demarchi, para as atividades de administrativos de informes e aprovação de atas; **2. Secretaria - Informes Gerais (item 2 da pauta):** O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), secretário do GT agradeceu a presença de todos dando sequência aos trabalhos do dia. **Aprovação das minutas das atas da 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 19/06/2020 e 07/08/2020:** O Sr. Demarchi informou sobre o envio de duas minutas de atas para serem apreciadas pelos membros. Assim, colocou em discussão, sendo que o Sr. José Guedes (SIMBiOSE) informou sobre erro de digitação do prazo do edital na ata da 41ª Reunião Ordinária, o que foi acolhido e será corrigida na ata. Questionou também sobre como se dará a inclusão da entidade no GT. O Sr. Demarchi respondeu que toda a reunião é pública e que com a adesão da SIMBiOSE, a entidade e seus representantes estarão no site dos Comitês PCJ e a entidade poderá votar em momentos onde o voto seja necessário e também quanto ao quórum para reuniões do GT-Mananciais. Após as manifestações questionou aos membros se aprovavam a minutas de atas da 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias, que foram aprovadas por unanimidade. **Informes: (2.1.) Aprovação do novo Plano de Bacias 2020-2035:** o Sr. Demarchi informou que foi aprovado o novo Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/20, de 31/08/2020.

A aprovação aconteceu na 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ realizada no dia 31/08/2020. Ressaltou a importância que este novo plano traz, tais como o cuidado e o planejamento para a área de saneamento rural e para o manejo de solos, que agora poderemos planejar ações a serem financiadas no próximo Plano de Aplicação Plurianual (PAP) que será assinado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) para ter vigência a partir de 2021. As versões do Plano de Bacias (Relatórios Final e Síntese) analisadas e aprovadas na Reunião estão disponíveis no link <https://drive.google.com/drive/folders/12G4tL6wz5hWP7eSdIm0AinScaPMzmAXd>. **(2.2.) GT-SAA (Termos de Cooperação Agência das Bacias PCJ e a SAA-CDRS):** o Sr. Demarchi explicou o esforço realizado pela Agência PCJ e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP) para gerar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para melhorar a sinergia entre as partes e potencializar as ações de adequações ambientais das propriedades rurais, tais como: validação de Cadastro Ambiental Rural (CAR), termos de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), financiamentos e assistência técnica em áreas com projetos da Política de Mananciais. O Sr. Denis Herisson (CDRS-SAA) questionou sobre a abrangência dos membros e se estavam focados no trabalho apenas do CDRS ou se foi incluído outras entidades da SAA. O Sr. Demarchi informou que o trabalho do GT está se encaminhando bem e que novos membros podem ser interessantes, já que o apoio da CDRS trará grandes benefícios para a Política de Mananciais; **(2.3.) GT-Ação em Saneamento Rural** (andamento das ações dos subgrupos 1 e 2): quanto a este GT da CT-Rural, o Sr. Demarchi informou que estão acontecendo os encontros do GT-Ação em Saneamento Rural, sendo que no momento, há dois grupos debruçados sobre temas específicos, sendo que um está estudando sobre a definição de áreas que vão receber um projeto piloto de investimento, enquanto o outro grupo está estudando os Termos de Referência (TR) da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) para adequação destes projetos piloto a serem realizados nas Bacias PCJ, preferencialmente em municípios que já possuam projetos da Política de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Mananciais; **(2.4.) GT-Áreas Protegidas (Oficinas e Mapas de Áreas Protegidas PCJ):** O Sr. Demarchi informou e convidou a todos para participarem da próxima oficina das Reuniões de Planejamento do GT-Rede de Áreas Protegidas: Eixo 3: Fortalecimento da atuação em Rede de Áreas Protegidas das Bacias PCJ, a ser realizada no dia 16/09/2020. Como resultado gerado pelo GT, informou sobre o Mapa de Áreas Protegidas e a Rede de Áreas Protegidas (RAP-PCJ); **(2.5.) GT-Indicadores e Monitoramento (Disciplina Prof. Tadeu/ II SUSTENTARE V WIPIS):** O Sr. Demarchi informou sobre o trabalho realizado pelo GT e convidou a todos para participarem do evento internacional II SUSTENTARE & V WIPIS que acontecerá nos dias 17-19/11/2020, e que maiores informações podem ser acessadas através do link do evento descrito: https://www.even3.com.br/2_sustentare_5_wipis/. Este evento é parte da estratégia do GT para seleção e desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para a Política de Mananciais e Plano de Bacias PCJ; **(2.6.) Encaminhamento do Edital 2020 – Programas I e II da Política de Mananciais PCJ:** O Sr. Demarchi informou que está tramitando nos Comitês PCJ o andamento para aprovação do novo edital de Projetos da Política de Mananciais, sendo que tanto a coordenação da CT-RN como da CT-Rural já encaminharam ofício para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; **(2.7.) TR-PMMA (andamento do processo de licitação):** O Sr. Demarchi informou que a Agência PCJ está trabalhando para lançar brevemente o processo licitatório que contratará empresa responsável por treinamento para os municípios das Bacias PCJ com objetivo de elaborarem suas respectivas minutas dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado como uma espécie de TCC do curso, que após o início dos trabalhos, será executado em 12 (doze) meses. O Sr. Roberto Polga (CONIRP) ressaltou que o Plano Municipal de Mata Atlântica faz parte dos requisitos do Programa Município Verde Azul (PMVA) e que o mesmo, quando elaborado, dev e ser apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA); **(2.8) Macrodrenagem – Ofícios para a SE/Política de Drenagem (CT-SA):** O Sr. Demarchi informou que recebeu o ofício aceitando a participação dos

representantes que acompanharão o GT-Macrodrenagem que pertence à Coordenação de Projetos da Agência PCJ. Ele informou que fará oficialmente a indicação dos membros que representarão a CT-RN naquele espaço. O Sr. João Primo Baraldi (SR Rio Claro) questionou se os trabalhos de drenagem focarão apenas na zona rural, ou se atentarão também para a zona urbana, principalmente considerando os aspectos de poluição difusa. O Sr. Miguel Milinski (DAE Rio Claro/PM Rio Claro) informou que a CT-SA possui quatro GTs e em um deles, o de Drenagem, está discutindo uma proposta de Política de Drenagem que congregará as zonas urbanas e rurais. Aproveitando, reforçou o convite para todos participarem do *webinar* "A Importância do Saneamento para o Enfrentamento da Pandemia" a ser realizado pela CT-SA no dia 17/09/2020 às 13h 30min. Já, a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiá) reforçou a importância de se entender qual o critério de poluição difusa para poder avaliar o grau de impacto da poluição na drenagem e convidou a todos para participarem do *webinar* "Conversando sobre o Rio Jundiá, como estamos e o que podemos alcançar juntos!", que acontecerá no dia 23/09/2020 às 14h, evento é organizado pela CT-OL com o apoio da CT-EA; **(2.9) Águas Subterrâneas – oficina para integração da Política de Mananciais com as prioridades de recarga definidas pela CT-AS:** O Sr. Demarchi informou que está em contato com a coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas de forma a oferecer uma oficina para o GT-Mananciais para discussão de formas de integração com a Política de Mananciais, com ênfase no que pode ser realizado com foco na recarga dos aquíferos existentes nas Bacias PCJ (conceitos e aplicações); **3. Apresentação: A importância do Solo como recursos natural e regulador do ciclo hidrológico: "Uso e ocupação do solo como referência para o seu manejo conservacionista:** Na sequência, o Sr. Demarchi deu as boas-vindas para a equipe do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que apresentou diversos pontos importantes do manejo de solos. O Sr. Demarchi deu as boas-vindas e apresentou a professora Isabella Clerice de Maria, pesquisadora do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que agradeceu a oportunidade de poder participar desta reunião e convidou o Sr. Wander Araújo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Martins para apresentar seu projeto de mestrado, defendido recentemente no IAC e que teve como tema “Simulação hidrossedimentológica em bacia hidrográfica e avaliação da produção de sedimentos em função da recuperação progressiva da vegetação em áreas de preservação permanente”. O projeto visou avaliar a retenção de sedimentos em escala de bacia hidrográfica, utilizando o modelo hidrológico *Soil & Water Assessment Tool* (SWAT) e Sistema de Informações Geográficas (SIG). Por meio desta ferramenta foram simulados diversos usos agrícolas na área da sub-bacia hidrográfica do Rio Jundiáí-mirim, pertencente à bacia do Rio Jundiáí. A simulação envolveu a análise do mapa SWAT da bacia, mapa topográfico, de uso do solo e dados climáticos. O modelo foi calibrado e após foi realizada as simulações considerando as áreas vegetadas como estão na situação atual, com a conversão destas áreas para pastagem e a conversão destas áreas para agricultura. E para cada cenário foram consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) recuperadas de 5m (cinco metros), 8m (oito metros), 15m (quinze metros) e 30m (trinta metros). A Bacia do Rio Jundiáí-mirim conta com 46% (quarenta e seis por cento) de sua área de mata nativa e 28,5% (vinte e oito por cento e cinco décimos) de pastagens. Vale ressaltar que 20% (vinte por cento) da área é de APP, sendo que 2% (dois por cento) da área estavam como solos expostos. O método foi calibrado considerando-se as vazões dos anos 2011-2015 e foi depois validado considerando os anos 2015-2017. Nos resultados foi verificado o aumento da geração de sedimentos nos anos mais chuvosos, como no ano de 2009, que houve uma precipitação de 1.811mm; se houver a conversão das áreas nativas, o volume de sedimentos produzidos passaria de 6,38 Mg ha⁻¹ (seis toneladas e trezentos e oitenta quilogramas por hectare) em área de mata para 11,37 Mg ha⁻¹ (onze toneladas e trezentos e setenta quilogramas por hectare) em área convertida para agricultura. Se considerado um ano mais seco como 2014, com pluviosidade de 990mm, o volume de sedimentos seria de 1,88 Mg ha⁻¹ (uma tonelada e oitocentos e oitenta quilogramas por hectare) em área de mata e 4,08 Mg ha⁻¹ (quatro toneladas e oitenta quilogramas por hectare) em área convertida para agricultura. Com a recuperação das APPs, o volume de

sedimentos foi menor conforme maior faixa preservada de APP, sendo que em áreas convertidas para pecuária, o volume de sedimentos cresceu em 21% (vinte e um por cento) e para as áreas convertidas para agricultura, o volume de sedimentos aumentou em 69% (sessenta e nove por cento). Já se considerando os meses mais chuvosos, o incremento em áreas de pastagem foi de aumento de 49% (quarenta e nove por cento) e nas áreas de agricultura, o aumento foi de 174% (cento e setenta e quatro por cento), comparado ao cenário atual. Considerando a faixa de APP recuperada, a retenção de sedimentos em faixas de 30m (trinta metros), foi de 30% (trinta por cento) considerando o uso atual, de 20% (vinte por cento) no uso convertido para pecuária e de 24% (vinte e quatro por cento) no uso convertido para agricultura. Faixas de APP de 5 e 8m (cinco e oito metros) tiveram valores de retenção de sedimentos consideravelmente mais baixa. Foram realizadas simulações conforme a mudança do uso de solo na bacia do Rio Jundiáí-mirim, em áreas com declividade de 10-15% (dez a quinze por cento), sendo que em áreas nativas a produção de sedimentos foi na ordem de 1,4 Mg ha⁻¹ (uma tonelada e quatrocentos quilogramas por hectare). Já para conversão de pastagem, a produção de sedimentos foi de 2,7 Mg ha⁻¹ (duas toneladas e setecentos quilogramas por hectare) e nas áreas convertidas para agricultura, a produção de sedimentos foi de 4,4 Mg ha⁻¹ (quatro toneladas e quatrocentos quilogramas por hectare). Assim, o Sr. Wander concluiu que o bom manejo do solo é primordial, somado à maior faixa de preservação da APP. Na sequência, o Sr. Demarchi apresentou o professor Afonso Peche Filho, pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que agradeceu ao convite e iniciou sua fala relatando sobre o histórico do trabalho no IAC sobre controle de erosão e a mudança cultural no processo de ocupação e manejo dos solos que geraram grandes movimentos erosivos na microbacia hidrográfica. Ele ressaltou que há na atualidade dois grandes desafios: i. Superar a indiferença de muitos agricultores no controle do processo erosivo e melhores práticas agronômicas; ii. Atenção com o modelo de gestão das propriedades, pois com a substituição das paisagens naturais para paisagens agrícolas, o manejo da bacia deve ser primordial para

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

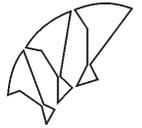
Reunião por Videoconferência

garantir a perenidade do processo de oferta de água e garantia do sucesso produtivo da propriedade. Isto passa pelo cuidado do desenho dos carreadores, estradas rurais, talhões e mudança radical da conservação dos solos. Reforçou também que os programas de conservação de microbacias reforçaram a importância da construção dos PIPs para recomposição florestal dos mananciais com uso racional dos escassos recursos disponíveis. Outro ponto primordial a começar a ser pensado é a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) que, como tecnologia, já avançou bastante e pode ser considerada disponível para ser implantada. E para chegar neste patamar de cuidado, há a necessidade de que todos priorizem a importância da andragogia, que é a formação e educação dos adultos. Ressaltou que a educação ambiental é importante que aconteça com as crianças, mas tem que acontecer com os adultos também. Defendeu que a proteção das APPs (áreas proteção dos cursos d'água) teve incremento na atenção, mas que pouco se avançou na proteção das áreas de recargas dos mananciais, já que este processo não é considerado no planejamento de uso da propriedade. E para ter uma preservação efetiva dos mananciais, há que ter o controle da interceptação da água nos solos, que passe pelo bom manejo dos solos, construção dos terraços e dissipação da energia dos fluxos das águas de chuvas, práticas necessárias que devem existir, principalmente, nas práticas da cultura de cana-de-açúcar. Como contribuição ao diálogo, a professora Isabella Clerice de Maria fez sua apresentação sobre as características do solo, da sua importância agrônômica e como repositório de quase um quarto da biodiversidade do planeta. Informou também sobre os riscos da prática agrônômica inadequada para áreas inclinadas, que é muito comum no território das Bacias PCJ. Explicou que boas práticas adequadas são a adoção de implantação de diversidade de cultivos, controle (condução e dissipação) do escoamento superficial, época de plantio correto, controle do trânsito de máquinas nos talhões, cobertura do solo, adubação de acordo com a análise do solo e revegetação de áreas críticas ou protegidas por lei. Na sequência, o Sr. Henrique Bellinaso (CDRS) agradeceu a apresentação e reforçou a importância de se entender que há uma erosão natural em qualquer área (erosão geológica), mas há que se agir para reduzir este acréscimo do processo erosivo

causado por causas antrópicas. Depois, abriu para dúvidas, onde o Sr. João Baraldi (SR Rio Claro) questionou sobre o efeito positivo causado pela não queima da palhada de cana-de-açúcar e na diminuição do efeito erosivo. O Sr. Afonso respondeu que já houve avanços no manejo da cultura da cana-de-açúcar, mas há ainda pontos a se melhorar como na reforma do talhão, e a existência de linhas de plantio em declividade favorecendo a erosão. Na sequência, o Sr. José Luiz Albuquerque (IPT) ressaltou a importância da preservação das áreas de recarga de aquíferos, que é quase toda a paisagem, mas que a aproximação das diferentes áreas do conhecimento pode propiciar a identificação das áreas mais críticas. O Sr. Afonso ressaltou a importância de se preservar as áreas mais altas da bacia, para acabar com os efeitos de nascentes secas, que tem sido encontrado em muitos lugares. Na sequência, o Sr. Paulo Mancuso (PM de Hortolândia) ressaltou a importância de buscar alterar o entendimento do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) contra a forma como a urbanização tem se dado com a inclusão de áreas verdes dos loteamentos nas bordas das matas ciliares, o que diminui a área permeável em áreas mais altas da paisagem, e também pelo entendimento de muitos técnicos alegando que nascentes existentes em mapas do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) não existem mais e por consequência causando o seu aterramento no processo de urbanização. Na sequência, a Pesquisadora Dra. Isabella ressaltou a importância que as curvas de níveis e as barraginhas geram na retenção de enxurradas e diminuição da erosão. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) discorreu sobre a importância do trabalho da educação ambiental e a extensão rural (ATER), com a sensibilização do produtor reconhecendo sua propriedade na bacia hidrográfica e o impacto que cada ação pode gerar nesta bacia, como também no impacto causado do abastecimento hídrico de comunidades do entorno. O professor Afonso reforçou a importância do processo educativo do produtor para que ele entenda a sua inserção na paisagem e a compreensão dessa posição no tempo com as diferentes práticas agrícolas implantadas e os impactos que cada ação gera. O Sr. Denis Herrison (CDRS) reforçou sobre a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 43ª Reunião Ordinária - 11/09/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

importância do diálogo entre a assistência técnica mais avançada disponível e o modo como o produtor assume ações melhores na sua propriedade, saindo ou não da sua zona de conforto. A Sra. Meire Bassan (PM Limeira) ressaltou a boa integração dos trabalhos da Agência com a extensão rural que facilita o processo de apoio às propriedades, sendo que houve projetos que atrasaram o avanço pela falta de suporte da extensão rural oferecida. O Sr. Demarchi (IZ/APTA/SAA) informou sobre a importância de se avaliar os impactos e interações na paisagem que afetam o meio como um todo, assim como o processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Por fim, o Sr. Henrique agradeceu a participação da equipe do IAC pela participação neste encontro. **4. Discussões / Palavra aberta (item 4 da pauta):** O Sr. Henrique abriu a palavra para os interessados trazerem para discussão outros assuntos. O Sr. Mateus Ismael, da assessoria ambiental da Agência PCJ, informou que no período, não houve nenhuma atividade de campo nos projetos existentes, por conta da situação de isolamento social provocado pela pandemia. **5. Encerramentos – Comentários Finais:** O Sr. Henrique Bellinaso (CDRS), coordenador do GT-Mananciais, perguntou se havia mais alguma manifestação a ser feita pelos presentes, e não havendo mais nenhuma, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

Henrique Bellinaso

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan

Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural